

FUKUI, Lia Freitas Garcia et alii. *A desescolarização, o trabalho infantil e a questão do menor* (uma análise temática na grande imprensa paulista na década de 70). São Paulo, INEP/CERU, 1984. 2v. 394p.

Desenvolvido por Lia Freitas Garcia Fukui, Efigênia Maria Sales Sampaio e Lucila Reis Brioschi, o presente trabalho resultou de uma pesquisa sociológica de análise temática na grande imprensa paulista, na década de 70. Financiada pelo INEP e realizada entre agosto de 1981 e julho de 1984, a pesquisa teve como objetivo apreender como a grande imprensa focaliza os sujeitos da escolarização, ao se dirigir a diferentes públicos.

O trabalho subdivide-se em cinco partes. Na primeira, constam o detalhamento da problemática envolvida, a delimitação da amostra, ambigüidades que caracterizam o segmento da população em estudo e hipótese de trabalho. A segunda discorre sobre a posição da imprensa nos meios de comunicação de massa, sua estrutura e configuração, bem como uma breve caracterização dos três periódicos selecionados para este estudo. Na terceira parte, é enfatizada a importância das técnicas de análise de conteúdo para se conhecer a representação dos sujeitos da pesquisa, através dos temas a que estão associados nos diários. A quarta parte esclarece os passos percorridos para a coleta de material, a delimitação da amostra e a constituição do Corpus, descrevendo, ainda, a sistemática de análise do material, baseada em três suportes: notícia, texto e ilustração. Também, é delimitado o período sobre o qual incide o presente estudo, que teve como limite inicial a Lei nº 5.692/71 e, final, o ano de 1980, quando o então Ministro da Educação anunciou os efeitos desescolarizantes desta Lei. Este período geral foi, posteriormente, desmembrado em dois menores - de 1971 a 1973 e de 1978 a 1980 - considerados os mais significativos e que correspondem, no plano político-econômico brasileiro, a momentos distintos. Na quinta parte, são descritos os dados obtidos em cada jornal separadamente, segundo os suportes definidos anteriormente e observando-se a divisão nos dois pe-

ródos citados. A descrição sistemática dos dados permitiu verificar a diversificação dos temas encontrados em cada jornal e possibilitou, ainda, identificar a postura desses periódicos em relação aos sujeitos da escolarização.

Para melhor caracterizar a problemática envolvida neste estudo, as autoras voltaram-se, inicialmente, para a análise dos fatores que determinam a exclusão da população infantil do sistema escolar. Segundo resultados obtidos através de pesquisa por elas realizada em 1980, verificou-se que os excluídos da escola encontram-se na população de baixa renda, havendo, ainda, diferenças quanto ao nível de escolaridade e à representação da escola nas diferentes categorias de trabalhadores.

Observa-se, nessa investigação, que a escola torna-se seletiva à medida que exige despesas significativas com uniformes e material. Porém, como há grande valorização social do saber ler, escrever e contar, mesmo enfrentando dificuldades, a família procura manter a criança na rede de ensino e esta, por sua vez, é obrigada a associar as atividades de trabalho e estudo, situação que tem se mostrado insustentável por um longo período. Foram considerados sujeitos da escolarização apenas aquele grupo sobre o qual incidiu a obrigatoriedade de frequência à escola, determinada pela Lei nº 5.692/71, ou seja, a população de 7 a 14 anos, que, coincidentemente, sofre, com maior intensidade, o processo de exclusão do sistema escolar.

Focalizando, ainda na primeira parte, as contradições impostas a essa faixa da população, as pesquisadoras observam que, apesar de existir uma lei que estende a obrigatoriedade do ensino à faixa de 7 a 14 anos, em alguns casos, o trabalho passa a ser permitido acima de 12 anos. Esta concessão, comentam, evidencia ambigüidade nos dispositivos legais. Registram, ainda, que levantamentos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detectaram, como população economicamente ativa, a de 10 anos e mais, refletindo uma

realidade que escapa à regulamentação legal. Ainda, relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que o Brasil possui, em números absolutos, 2,9 milhões de crianças economicamente ativas, ou seja, 7% da população menor de 15 anos, sendo ultrapassado neste percentual apenas pela Índia.

Paralelamente, referem-se a censos realizados no País, os quais indicam no período de 1970 a 1976, uma redução na taxa de analfabetismo em relação à população pesquisada (de 29% para 18%). Esta tendência, no entanto, não foi mantida e, em 1978, subiu para a casa dos 20%. Em relação ao fator trabalho, ocorreu um crescimento constante na década de 70, devendo ser ressaltado o paralelismo das oscilações nas porcentagens de analfabetismo e população ativa na faixa abaixo de 15 anos. O estado de São Paulo, apesar de possuir uma taxa de analfabetismo proporcionalmente inferior à do Brasil, mantém, no todo, as mesmas tendências.

Segundo as autoras, os estudos realizados sobre essa população tratam-na, enquanto escolar, de forma genérica, bem como reconhecem a ineficácia do sistema educacional vigente e preocupam-se com a democratização do ensino. Poucos trabalhos voltam-se para a perspectiva dos sujeitos da escolarização, tais como, o empenho e as dificuldades da família em manter as crianças o maior tempo possível na escola e as tentativas, por partes destas, de associar trabalho/estudo. Em relação ao trabalho, observa-se a forma controvérsida com que o tema tem sido tratado na literatura especializada: por um lado, só recentemente surgem denúncias sobre utilização e exploração do trabalho infantil e, por outro, este é encarado como uma alternativa para controlar a delinquência nas camadas de baixa renda. Constatando o aumento do trabalho infantil na última década, perguntam qual a relação existente entre tal acontecimento, a estagnação da escolaridade de 1º grau e o problema do menor.

Finalizando essa parte, é levantada a hipótese de que "a discussão em torno do problema do menor, na sociedade brasileira, tem sistematicamente omitido a efetividade do trabalho infantil e a ineficiência do sistema escolar".

A segunda parte inicia-se por uma análise da imprensa, sendo, esta, encarada, pelas autoras, como um bom meio de apreender "assuntos objeto de debate nas sociedades modernas". Pelo fato de fornecer dados e orientar o debate público em torno de temas importantes, além de traduzir contradições, necessidades e a lógica interna da cultura, a análise desse meio de comunicação possibilita tecer conclusões sobre a sociedade na qual se insere. Tal empreendimento, segundo uma perspectiva sociológica, implica a avaliação de três aspectos: a posição da imprensa nos meios de comunicação de massa, sua estrutura e configuração e, ainda, o conteúdo por ela veiculado.

Sobre a posição da imprensa no País em relação aos meios de comunicação de massa, as autoras do presente trabalho concluem que, após a década de 70, com o advento das redes nacionais de comunicação e o processo de fusão da empresa jornalística, houve uma redefinição da importância do rádio, televisão e jornais, sendo, o último, de menor acesso ao público. Em relação à estrutura e configuração da imprensa, é observado que a divulgação de notícias no território nacional, sempre foi submetida a sanções, o que variou apenas em grau ao longo do tempo, culminando com a edição do Ato Institucional nº5, de 13/12/69, que estabeleceu a censura prévia em todos os jornais, além da obrigatoriedade de cessão, à justiça, dos pseudônimos de profissionais e colaboradores dos periódicos, quando solicitados. As penalidades para transgressões iam de pesadas multas à reclusão de 10 a 15 anos. Apesar da censura prévia ter caído em 1975, permaneceu a censura patronal que obedece aos interesses das empresas jornalísticas, por sua vez associadas a grandes grupos econômicos. Ainda como fatores de controle dos meios de comunicação, surgem as agências de notícia e publicidade, que, ao fornecerem matéria prima aos noticiários, refletem, nos temas abordados, os interesses econômicos aos quais estão vinculadas: em 1967, 72% do conteúdo estrangeiro dos jornais latino-americanos eram controlados pela agência americana UPI. Outros grandes monopólios controladores do fluxo de informações no País são representados pelas agências nacionais de publicidade, pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e pelo grupo Folha, sendo este último, responsável pela edição dos periódicos: **Folha de S. Paulo**, **Folha da Tarde** e **Notícias Populares**.

De acordo com a diversidade do público a que se destinam, sua penetração pela venda e o fato de pertencerem à grande imprensa, foram selecionados, para a presente pesquisa, os diários: **O Estado de S. Paulo** (OESP), **Folha de S. Paulo (FSP)** e **Notícias Populares (NP)**, que atingem respectivamente as camadas sócio-econômicas mais altas, a classe média e as camadas menos privilegiadas.

Em levantamento realizado pelo grupo de pesquisadoras, foi observado que os jornais selecionados detêm 1/3 das vendas avulsas nos dias úteis e 2/3 aos domingos. Como não foram computadas as vendas a assinantes, esta é apenas uma aproximação subestimada da penetração desses diários. Foi verificado, também, que esses periódicos, por pertencerem a empresas com interesses em diferentes setores econômicos, podem ser considerados seus porta-vozes e, já que veiculam notícias a públicos distintos, as autoras acham pertinente perguntar de que forma os jornais vêm transformando as informações que são levadas ao público.

Tendo surgido em momentos históricos diversos, cada uma das três publicações visou determinado objeto. Fundado há 107 anos, o **Estado de S. Paulo** surgiu, no final do Império, em defesa das idéias republicanas e liberais; a **Folha de S. Paulo**, editada pela primeira vez há 62 anos, expressa interesses da classe média e o jornal **Notícias Populares**, publicado a partir de 1963, época do desenvolvimentismo, reflete a preocupação da burguesia em orientar politicamente as camadas populares urbanas.

Segundo análise feita por Marques Melo há 10 anos, as três publicações possuíam, na época, estilos gráficos diversos: O **ESP**, sóbrio, optando por grande quantidade de textos, títulos pequenos e poucas ilustrações; a **FSP**, mostrando certo equilíbrio entre textos e ilustrações e **NP**, preferindo uma composição carregada em títulos e ilustrações. Porém, como registram as autoras, posteriores modificações na composição gráfica produziram melhoras substanciais em todos eles.

Pelo fato da análise dos temas que se referem aos sujeitos da escolarização ser ampla, foi realizada, para sua abordagem, uma primeira delimita-

ção, de ordem temporal (Lei nº 5.692/71 e o ano de 1980), ainda na segunda parte do presente estudo.

Introduzindo a terceira parte, a caracterização da análise de conteúdo nos periódicos selecionados propõe-se a avaliar as mensagens da imprensa de forma objetiva, sistemática e, quando possível, quantificável.

Concluindo que a menção aos sujeitos da escolarização nos jornais é feita sob o prisma da ideologia dominante, as autoras perguntam qual a representação do escolar, do trabalhador infantil e do menor nos diários e se esta representação é modificada de acordo com o público a que se destina. Com o intuito de responder a estas questões foi escolhida, como metodologia de trabalho, uma das formas da análise de conteúdo, a análise temática, "indicada para o estudo de atitudes, valores e opiniões". O tema, conceituado no texto como "uma asserção sobre determinado assunto", foi extraído das notícias — editoriais, artigos, colunas, reportagens, etc. — referentes aos sujeitos. O conjunto das notícias constitui o *corpus* do presente trabalho, e a análise do material compilado compreendeu três aspectos: notícia, texto e ilustração.

O suporte notícia situa a matéria jornalística no contexto do jornal e fornece dados para verificar a importância (destaque) conferida a ela. O suporte texto consiste na análise da matéria jornalística propriamente dita e a ilustração complementa a compreensão da notícia.

Na quarta parte, com o objetivo de coletar o material necessário, foram desenvolvidos passos ou aproximações que visaram a seleção de uma amostra adequada aos objetivos do trabalho.

Essa etapa resultou no agrupamento de 1.134 títulos no **OESP**, sendo 647 (57%) relativos ao ensino e 487 (43%) ao menor. Quando ordenados numa tabela de freqüência e comparados, mostraram que os jornais possuem diversos critérios para classificação e arquivo de notícias. Foi também registrada a relação existente entre o emprego do termo "escolar" a artigos referentes ao ensino; "menor" àqueles que mencionam política e instituições assistenciais; e "trabalhador infantil", à categoria

menor, confirmando-se, ainda, que a faixa etária de 10 a 14 anos está claramente marcada por ambigüidades provenientes da obrigatoriedade de ensino, da efetividade do trabalho e das discussões suscitadas em torno do tema.

Os dados obtidos na **FSP** e **OESP** permitiram verificar que os anos de 1971 a 1973 e 1978 a 1980, correspondendo ao início e ao fim da década, concentram maior número de notícias sobre o tema pesquisado, o que justificou uma segunda delimitação de ordem temporal para o estudo, que dividiu-se nestes dois períodos mencionados. Tais momentos representam fases distintas a nível do plano político/econômico no País, correspondendo respectivamente ao fim do governo Médici e ao início do governo Figueiredo. No que tange ao aspecto ensino, a concentração de notícias parece relacionar-se à promulgação da Lei nº 5.692/71 e suas conseqüências, à criação do Pró-Menor em 1973 e ao Ano Internacional da Criança, em 1979.

Como pesquisar três diários da grande imprensa paulista por um período de 6 anos implicaria a consulta a um número excessivamente grande de exemplares, foi realizada a redefinição da amostra seguindo o critério de se proceder ao levantamento dos jornais a cada dez dias. As vantagens mencionadas em relação a este espaçamento referem-se ao fato de que, desta forma, os três jornais seriam levantados no mesmo dia, seriam cobertos todos os dias da semana e a variação do noticiário, a cada dia, poderia ser controlada. As categorias escolar, trabalhador e menor foram procuradas nos editoriais, reportagens e noticiários, tendo sido rejeitada a parte de serviços, propaganda e classificados.

A amostra constituiu-se, assim, de 623 exemplares: 187 de **O Estado de S. Paulo**, 218 de **Folha de S. Paulo** e 218 de **Notícias Populares**. O menor número de exemplares relativos ao **OESP** deve-se ao fato de que este periódico não sai às segundas-feiras. Posteriormente, tendo sido realizado, nos jornais, novo levantamento de notícias no qual observou-se título, texto e/ou ilustração, a amostra inicial foi reduzida para 336 exemplares. Nesta fase, foram utilizadas fichas que permitem observar diferentes aspectos das notícias publicadas, como sua freqüência e a

importância que lhes foi atribuída pelo jornal. A partir desta triagem, foram escolhidas 405 notícias, que faziam referências explícitas aos sujeitos da escolarização. O *corpus* da pesquisa, estruturado após a definição da amostra, ficou constituído, portanto, da seguinte forma: 175 notícias sobre escolares, 203 sobre menor e 27 referentes a trabalho, agrupadas por jornal, período e categoria.

Após os ajustes necessários definiu-se o instrumento de trabalho que tornou possível apreender o enfoque dos jornais em relação aos sujeitos da escolarização, bem como o tratamento dispensado à matéria informativa que tem, supostamente, a função de levar ao público, de forma objetiva, a notícia.

A composição do suporte notícia baseou-se no levantamento de dados quantitativos e qualitativos do material selecionado, tendo em vista sua incidência, localização, relevância (tamanho do artigo, do título, número e tamanho da ilustração, etc), categoria jornalística, etc.

Constituindo um aprofundamento na apreensão do objeto de estudo, o suporte texto buscou selecionar os dados significativos para apreensão do conteúdo do noticiário, através de itens como: **fato** ou origem da informação; **procedência** ou fonte onde o jornalista buscou a reportagem; **interessante**, título ou apelo ao público; **grupos que enunciam ou são enunciados pelo jornal**, ou seja, associações, entidades, etc, que o periódico promoveu na publicação e **direção** ou tomada de posição do periódico em relação a grupos ou tópicos presentes nas notícias.

O suporte ilustração, baseado em três grades relativas à produção, conteúdo e intenção dos fatos, complementou os dados compilados anteriormente. A descrição e análise dos resultados foi estruturada em cada jornal separadamente e dividiu-se segundo os dois períodos estipulados. As alterações do parque gráfico e as transformações no modelo político, com o abrandamento da censura e a constatação do fracasso de um modelo político-econômico, foram considerados eventos de extrema importância para o contexto do trabalho.

As autoras tecem, ainda na quarta parte, considerações sobre a constituição do *corpus*, para o qual foi extraído aproximadamente o mesmo número de notícias de cada jornal. Verificam, também, que ocorreu, tanto no período de 1971 a 1973 como no de 1978 a 1980, número semelhante de publicações sobre o tema nos três periódicos.

Na quinta parte, comentam as características gerais dos conteúdos encontrados. Entre elas, registram que a categoria menos mencionada é o trabalhador. Em relação ao escolar, **OESP** e a **FSP** detêm o maior índice de notícias e a categoria menor sofre aumento relativo nos três jornais ao longo tempo.

Em seguida, procedem à descrição sistemática dos dados encontrados em cada jornal separadamente, observando os períodos e suportes definidos anteriormente.

O trabalho desenvolvido na última etapa originou nova ordenação da matéria nos seguintes grupos: as que se referem ao nível das discussões e decisões políticas sobre os sujeitos da escolarização e aquelas que mencionam o atendimento a estes proporcionado.

Enfatizando, as autoras observam, ainda uma vez, que, os jornais, por pressuposto, como representantes de grandes grupos econômicos, veiculam a ideologia do poder e confirmam, através deste trabalho, que, a cada público, é dispensado tratamento específico, no qual se manifesta a representação da imprensa em relação às diferentes classes sociais.

Ao finalizar, apresentam conclusões sobre o estudo desenvolvido em cada periódico especificamente, tecendo considerações apresentadas a seguir.

O periódico **OESP** identifica-se com as classes dominantes e dirige-se a este público, ao reproduzir documentos oficiais voltados para o empregado sem tecer comentários, já que o diálogo é desenvolvido entre representantes de uma mesma camada social. Em relação às classes baixas, o jornal as apresenta como "violentas, desordeiras e perigosas" cabendo

à classe dirigente garantir a ordem social. Tal conceito se estende à categoria menor. Sobre a escola pública, universal e gratuita, tida como implantada, as matérias tratam dos aspectos referentes a adequação e funcionamento do sistema escolar, que já possui suas normas estabelecidas e, em relação ao escolar, vem associada a idéia de cidadania.

A **FSP** dirige-se a um público mais diversificado constituído por profissionais liberais, funcionários, pequenos industriais, etc, ou seja, a classe média. Em seu noticiário, oferece espaço a posturas mesmo divergentes, em nome da objetividade da informação. Os diferentes pontos de vista apresentados sempre se apóiam em depoimento de autoridades "do poder e do saber". A faixa etária estudada não tem o suporte de uma linha editorial definida, adquirindo maior ou menor relevância, segundo a conjuntura do momento. Porém, é conferida ênfase ao escolar, enquanto que as categorias menor e trabalhador não são nitidamente separadas e, de modo geral, focalizadas sob o prisma da marginalização e marginalidade, sendo aí, destacadas as condições de vida da população.

O diário NP, através da publicação de documentos oficiais sem comentários ou mesmo apoiados por sindicatos, faz o discurso do poder. Títulos sensacionalistas, associados a imagens de pessoas do povo, fazem com que o leitor tenda a se identificar com tais notícias e seus conteúdos, nos quais são abordadas características de desvio e marginalização, também conferidas à categoria menor.

Os processos de fechamento e abertura políticos no início e final da década e 70 não são expressos nos jornais **OESP** e **NP** no que tange aos sujeitos da pesquisa, a não ser por um decréscimo de notícias na área. A **FSP**, entretanto, substituiu uma aparente neutralidade em relação aos documentos oficiais pelo questionamento do modelo político vigente no final dos anos 70.

Constatam, ainda, as autoras, que o trabalho infantil não mereceu a atenção devida por parte da imprensa, quando se considera o número de matérias relativas ao tema e seu conteúdo, apesar de censos realizados na época mostrarem claramente o aumento da participação dos jovens

na força de trabalho. Também não é mencionada a exploração do menor, e o pequeno número de notícias sobre o assunto reivindica inclusive a regulamentação do trabalho para a faixa etária de 10 a 14 anos, por considerar necessário o controle e a prevenção da delinquência neste grupo social. Por outro lado, ao ser encarada apenas como empecilho para a frequência à escola, a menção a esse tema contribui para reduzir a responsabilidade do sistema escolar em relação à exclusão do aluno. Observam, ainda, que o menor, o escolar e o trabalhador infantil, ape-

sar de constituírem faces de um mesmo problema, são abordados fragmentadamente. Ficam, também, aqui evidenciados aspectos conflitantes vividos por grande parte da população brasileira que, impedida de frequentar a escola, tem conhecimento de que a sobrevivência em nossa sociedade exige o desenvolvimento das habilidades básicas. Desta forma, concluem as autoras, faz-se necessária a discussão ampla sobre o trabalho infantil e suas implicações, caso o objetivo da escola seja ensinar e não discriminar. (Nadja do Valle de Carvalho Loureiro).